

Propostas para uma economia justa e sustentável

contribuição para a Cúpula dos Povos

Rio+20

Junho 2012

Índice

APRESENTAÇÃO.....	3
1. Fundamentos de uma nova economia orientada a satisfazer as necessidades dos seres humanos respeitando os sistemas naturais da vida e do planeta	4
2. Enfrentar a tirania do capital financeiro e especulativo.....	5
3. Organizar um novo sistema monetário articulando múltiplas moedas e reforçando os pilares de um intercâmbio solidário, sustentável e democrático.....	7
4. Transitar do crescimento ilimitado para um “decrecimento diferenciado” e um “crescimento orgânico”	9
5. A produção e o consumo não devem estar guiados pelo mercado e sim pela satisfação das necessidades. A urgência prioritária é reduzir as desigualdades e erradicar a pobreza	11
6. A relação dos seres humanos com a natureza deve ser repensada através de uma perspectiva de cooperação.....	13
7. A economia do cuidado deve ser valorizada porque corresponde à necessidades humanas vitais e fundamentais.....	14
8. Promover e desenvolver a segurança e a soberania sustentáveis.....	15
9. Formular e promover uma economia dos bens comuns.....	17
10. Tornar possível a transição para uma biocivilização pela sustentabilidade da vida e do planeta...18	
PARA O FORO SOCIAL TEMÁTICO EM PORTO ALEGRE E RIO+20	20

Este **Caderno de Propostas** foi preparado por Gustavo Marín com o apoio de Germà Pelayo e contribuições de Candido Grzybowski, Matthieu Calame e Jorge Romano, retomando as apresentações e o debate consagrado à economia durante o seminário organizado por IBASE, pelo Foro por uma Nova Governança Mundial (FNGM) e EURALAT no Rio de Janeiro, de 10 a 12 de Agosto de 2011. É naturalmente um documento inacabado, em andamento e, portanto novas críticas e contribuições irão enriquecê-lo.

APRESENTAÇÃO

A gravidade da crise ambiental atual é expressão de uma crise mais profunda, uma crise civilizatória do capitalismo moderno baseada na predominância do mercado desregulado, na especulação financeira, no consumismo desenfreado, na busca constante de crescimento, na injustiça econômica e na pobreza. Diante das atuais, previsíveis e devastadoras conseqüências de um conjunto de crises sistemáticas e recorrentes, se impõe a necessidade urgente de mudar profundamente a organização econômica e política das sociedades atuais e abrir caminho para um mundo sustentável, justo e solidário.

A urgência é nítida: não se trata somente de sair do capitalismo, mas também é preciso alterar de modelo de civilização. A humanidade entrou em um período de longa transição onde a mudança de civilização não é um recurso satisfatório, mas um desafio histórico diante do qual estão os povos no século 21. Para isso temos que começar por revelar e derrubar os mecanismos de modelo econômico dominante e, ao mesmo tempo, iniciar as mudanças. Mas, como serão os novos modelos econômicos do século 21? Quais serão os novos sistemas financeiros, produtivos, e distributivos? Com que matrizes energéticas? Existem muitas idéias e experiências a escala territorial e regional da nova economia que se requer. É preciso dar corpo a uma visão que articule a dimensão local com a mundial para reforçar os primeiros passos de uma nova economia que os povos e o planeta necessitam.

Para isso é necessário abolir os mitos da economia oficial e passar da economia neoclássica à economia política, ou seja, a uma nova economia com idéias, conceitos e visões diferentes e que se encarregue da complexidade dos processos em curso neste período de transição. A economia política deve ser recuperada como uma ciência humana, inexata, superando os mitos de uma suposta economia constante, com leis inalteráveis.

1.

Fundamentos de uma nova economia orientada a satisfazer as necessidades dos seres humanos respeitando os sistemas naturais da vida e do planeta

Alguns princípios desta nova visão são o cuidado, a cooperação, a solidariedade, a participação, e a satisfação das necessidades básicas. Os pilares fundamentais do novo modelo a construir são a ênfase na dimensão humana, na escala de território e proximidade, na necessidade de reduzir a riqueza para diminuir a pobreza, na redistribuição justa, na co-responsabilidade e na ética da igualdade. Se por um lado, as experiências a escala territorial devem e podem sustentar o processo de transição, por outro, quanto mais atrasa a concordância dos princípios fundamentais relacionados à regularização e às políticas em grande escala, mais atrasam a aplicação das propostas de mudança a escala mundial, e as consequências sociais e ambientais serão desastrosas.

Neste cenário não podemos descartar que as forças dominantes do sistema vigente farão o que puderem para que qualquer tentativa de mudança radical não seja mais que uma reforma ilusória, na hipótese de avanço em algumas delas. Em todo caso, os desafios são tão grandes e decisivos que a atitude mais prudente é a de enfrentá-los e superá-los.

As mudanças na esfera econômica devem caminhar com a transformação do sistema político. Há que se avançar simultaneamente em todas as frentes. Da mesma forma, a articulação da esfera econômica com a política deve sustentar-se nos fundamentos éticos de uma biocivilização para a sustentabilidade da vida e do planeta. Trata-se de um conjunto complexo e articulado entre fundamentos éticos, economia e política, onde cada dimensão depende da outra e se reforçam reciprocamente.

Três aspectos de modelo econômico atual devem ser afrontados urgentemente: a tirania do capital financeiro e especulativo, a variação do sistema monetário concen-

trado nas moedas das economias dominantes e na irracionalidade do padrão de crescimento ilimitado como critério fundamental de bem estar nas sociedades.

2.

Fazer frente à tirania do capital financeiro e especulativo

Como regular o sistema financeiro que se oculta atrás de segredos bancários, paraísos fiscais, da concentração do poder em plutocracias, em clubes fechados?

Hoje é cada vez mais evidente que o capital financeiro está estrangulando a sociedade, está acabando com os direitos dos cidadãos, dos trabalhadores e dos pequenos e médios empresários submetidos ao peso do endividamento. Diante do controvertido debate público que gerou a crise financeira aberta em 2008, é inadmissível que os dirigentes das instituições financeiras e dos organismos estatais responsáveis pela crise não tenham sido obrigados a assumir sua responsabilidade civil ou penal. Ao contrário, lhes foram oferecidos novos cargos como conselheiros ou especialistas para a resolução da crise que eles mesmos geraram!

Neste contexto, junto à estagnação da economia dos Estados Unidos, o risco de colapso da economia europeia é cada vez maior. Uma deterioração da situação econômica na Europa poderia conduzir a uma nova grande depressão mundial e a uma situação de caos sem precedentes e de conseqüências imprevisíveis. Diante disso, salvar bancos, pagar dívidas e desenvolver ações desesperadas de auxílio financeiro de última hora não é suficiente e somente serve para atrasar o inevitável: a necessidade de transformar radicalmente as regras do sistema financeiro, antes que a engrenagem depressiva do mesmo acabe com as conquistas sociais que custaram a vida de milhões de cidadãos europeus durante o século passado.

As políticas para a regulação do sistema financeiro já são conhecidas:

Eliminar de uma vez por todas os paraísos fiscais e acabar também de uma vez por todas com o segredo bancário. O calcanhar de Aquiles do sistema bancário, em particular o suíço, reside em um código que oculta contas de especuladores e traficantes. As contas devem ser transparentes e os nomes e endereços de todos os

que depositam dinheiro nos bancos devem ser declarados nos mesmos bancos e nos sistemas fiscais dos países onde os depositantes devem pagar impostos.

Deve-se aplicar uma taxa aos intercâmbios bancários e financeiros. Esta taxa (inspirada na proposta de James Tobin em 1971 - há quarenta anos), ainda que seja baixa, estiver concentrada nas operações financeiras e sem registrar os investimentos, significará uma fonte considerável de recursos financeiros. Houve muitos cálculos sobre os recursos que esta medida poderia gerar para atender as necessidades de redução da pobreza, permitir o acesso à água potável a milhões de pessoas, prevenção de doenças em massa, etc. O importante é que esses recursos sejam administrados por uma instância não burocrática onde as organizações cidadãs possam expressar diretamente suas necessidades, exercer um controle sobre a alocação de recursos e garantir um bom funcionamento dos programas financiados.

Esta relação entre a taxa dos fluxos financeiros e a organização transparente e democrática dos recursos obtidos destaca a necessidade de articulação entre as medidas econômicas e a organização social e política de uma nova economia. Resumindo, não se ganha nada ao instituir um imposto às transações financeiras se os recursos que se obtém serão administrados pelos próprios bancos, ou pelo FMI! Faz-se necessária a criação de um novo organismo, uma espécie de Fundo Econômico e Social Mundial em conformidade com um grande grupo que não dependa dos governos mais poderosos, mas de um corpo ampliado de governos, trabalhadores, organizações sociais e empresários responsáveis pela alocação de fundos financeiros, definida de maneira transparente.

O organismo pode ser estatal, privado ou misto. O importante é que os bancos desempenhem um papel de facilitadores dos intercâmbios sem se transformarem em agentes criadores de moeda para operações especulativas. Para isso deve ser limitada a concessão de

empréstimos que possam aumentar suas reservas, para impedir que estimulem uma engrenagem especulativa de criação monetária que multiplique sem base sólida suas reservas reais. Neste contexto é necessário apoiar as redes de bancos a nível territorial e os sistemas de crédito cooperativo por setores sócio-profissionais e grupos populacionais. Já foi comprovado que este tipo de sistema financeiro analisado à escala humana é eficaz e responde melhor às necessidades de milhões de cidadãos e famílias dos setores médios e pobres.

3.

Organizar um novo sistema monetário articulando múltiplas moedas e reforçando os pilares de um intercâmbio solidário, sustentável e democrático

Definir que os bancos não sejam as entidades geradoras de moeda abre imediatamente a questão da criação monetária e a articulação entre as diferentes moedas. Quem deve então criar a moeda? Como devem relacionar as moedas entre si? Estas perguntas tocam no coração não somente dos sistemas financeiros e monetários, mas também abrem portas a reflexões e propostas capazes de pensar e mudar radicalmente as regras do jogo da economia dominante, tornando possível implementar mecanismos voltados para uma nova economia que a sustentabilidade da vida e do planeta exigem.

Nesse contexto é necessário que os entes criadores de moeda não estejam centralizados nos bancos centrais das economias dominantes. É preciso propiciar uma ampla variedade de moedas regionais, territoriais e setoriais, que já existem em alguns países e regiões e respondem melhor aos requerimentos específicos do comércio e dos intercâmbios. As moedas podem então ser criadas por diversos entes públicos, eleitos democraticamente e funcionando com mecanismos transparentes de informação e de tomada de decisões. Desta forma as moedas contarão com a confiança indispensável dos cidadãos.

Entretanto, a diversidade de moedas não devem somente corresponder à diversidade regional, mas também a diversas categorias de bens e produtos. O modelo econômico dominante colocou todos os bens e serviços juntos uniformizando-os e fazendo do mercado capitalista o meio exclusivo e excludente de atribuição de seus valores. A realidade é mais complexa e não se pode minimizá-la ao mercado capitalista, o qual sabemos que está controlado e manipulado por práticas e interesses de grupos plutocráticos e especuladores. Além disso, este mercado capitalista, por si mesmo já comprovou que não somente é fonte de desigualdade, mas também

é incapaz de responder aos novos desafios da regularização das alterações climáticas e da sustentabilidade da vida e do planeta.

A indispensável regulação do mercado capitalista deve então vir acompanhada da promoção de outros sistemas de intercâmbio que facilitem a circulação de bens e serviços que não entram na lógica do modelo dominante. Existem bens e serviços que devem ser identificados com outras moedas porque nem todos os bens e serviços que circulam na sociedade são da mesma natureza. Há muito tempo economistas, filósofos e o senso comum identificaram que os bens e serviços não devem ser aferidos com a mesma medida. Não se podem comparar produtos duráveis e produtos temporários, serviços de uso privado e serviços públicos, produtos que se esgotam no ato de ser consumidos e bens que agregam seus valores quando são disponibilizados aos demais, como por exemplo os da economia do cuidado ou as aprendizagens dos conhecimentos compartilhados.

A diversidade de moedas segundo os diferentes tipos de bens e serviços e segundo as diferentes regiões do mundo esboçam então o difícil problema do intercâmbio de moedas. Hoje, junto com o dólar que continua sendo a moeda dominante, somente 2 ou 3 moedas disputam a hegemonia econômica e política: o euro, o yen e cada vez mais o yuan. Os tipos de mudança entre estas moedas, com outras já existentes e com as novas moedas que são necessárias criar, é uma questão crucial que põe em evidência a necessidade de construir uma nova governança, uma nova regulação dos intercâmbios a escalas locais e regionais, mas, sobretudo a nível mundial, já que é aí onde se disputa o controle da economia e do mundo nessa época de mundialização cada vez mais onipresente.

É evidente que as bases dessa nova governança devem superar os limites do sistema vigente que entrou em uma longa crise. Os sistemas financeiros e monetários regulados por acordos entre alguns governos do G-20 com intervenção do FMI e dos bancos centrais das economias dominantes não se sustentam em uma base recorrente. A fragilidade do sistema vigente é tanta que os endividamentos das principais economias, dos Estados Unidos e Europa, violam inclusive as bases das economias das chamadas potências emergentes arrastando todo o mundo ao beco sem saída da crise atual.

A desigualdade dos regimes sociais e econômicos e as estruturas funcionais entre as diversas regiões e países, provocam diferenças de produtividade entre as economias. Os salários dos proletários chineses, principalmente das proletárias, não podem ser comparados com os dos alemães, bem como os sistemas produtivos nas minas de carvão do norte da China ou das fábricas no Sul não podem ser comparados com as fábricas de automóveis dos Estados Unidos. A monocultura de soja roundup em Mato Grosso brasileiro é muito mais competitiva que a policultura agropecuária francesa. Os exemplos são muitos, mas as diferenças de produtividade do trabalho são enormes e mostram diversidades não somente entre os países, mas também no interior deles. Como não é possível homogeneizá-los, a uniformização através de um mercado capitalista desregulado, mas controlado pelas transnacionais e práticas oligopólicas torna-se não somente ineficaz, mas também injusta. A questão da governança para regulação das taxas de câmbio entre múltiplas moedas, específicas a distintos regimes econômicos é então o nó górdio que devemos desatar se quisermos tornar viável a transição de uma economia capitalista em crise para novos sistemas econômicos justos e eficazes.

A nova governança dos sistemas financeiros e monetários deve repousar em pilares democráticos, sustentáveis e solidários. Esta não é uma questão puramente ética. Está sim baseada em uma questão ética já que uma economia justa, solidária e sustentável se baseia na ética para ser capaz de sustentar a vida e o planeta. Mas os pilares também são eficazes porque são capazes de responder às crises financeiras e monetárias tornando possível evitar as práticas de todos os tipos de dumping (monetário, fiscal, social, ecológico) causadores de desequilíbrios que afetam as condições de vida dos setores populares e dividem os trabalhadores de diferentes países e regiões.

É por isso que uma nova economia exige uma espécie de Fundo Monetário Solidário, acordado democraticamente por todos os atores diretamente envolvidos: não somente os governos, mas também os sindicatos, as orga-

nizações empresariais, as redes da economia solidária, as cooperativas e outras agrupações populares e rurais, etc.

Uma autoridade deste tipo será capaz de regular as flutuações das taxas de câmbio e evitar desigualdades que além de provocar desequilíbrios sociais e econômicos, causam dano à indispensável solidariedade entre todos os atores da economia, especialmente entre os trabalhadores.

É por isso, também, que se deve remodelar o sistema de endividamento anulando todas aquelas dívidas provocadas por atividades especulativas e favorecendo modalidades de prazos e de juros que não bloqueiem a capacidade de desenvolvimento econômico de muitos países, nem façam cair sobre os funcionários públicos, os trabalhadores e os setores mais pobres, a pesada carga desse endividamento ilegítimo.

O peso deste endividamento se torna insuportável quando ao mesmo tempo são enormes os esforços dos setores pobres e meios empobrecidos, que assumem a responsabilidade de contribuir com seu trabalho com seus escassos meios para gerar recursos financeiros locais, imprescindíveis às políticas de educação, saúde, moradia e outras necessidades sociais.

Finalmente, embora esta pudesse ser a primeira proposta neste campo, uma questão de justiça histórica é a reivindicação legítima dos povos dos países do Sul, principalmente dos mais pobres, de reverter a lógica do endividamento através da reivindicação do pagamento da dívida que as potências como Europa e Estados Unidos que lideraram a expansão do capitalismo têm feito há séculos, explorando as riquezas, sujeitando as pessoas, causando migração forçada e escravidão.

A dívida contraída pelas potências expansionistas contém não somente dimensões econômicas, mas também ecológicas, de tão grandes que foram os danos à natureza e tão importantes foram exploração dos bens agrícolas mineiros e marítimos abundantes nas regiões do Sul do planeta. Nesse contexto, a denominada ajuda ao desenvolvimento que os países ricos devem outorgar aos países pobres deve aumentar, e deixar de diminuir como vem acontecendo nos últimos anos. No fundo, não se trata de uma ajuda, mas sim de uma reparação moral e financeira elemental que os governos dos países ricos deveriam respeitar. Da mesma forma, os programas de ajuda que estão implementando os países emergentes não devem impor novas relações de dependência que reproduzem os mecanismos próprios às lógicas imperialistas de potências dominantes.

4.

Transitar do crescimento ilimitado ao “decrescimento diferenciado” e um “crescimento orgânico”

O crescimento ilimitado continua sendo o padrão fundamental do modelo atual. A economia oficial mundial continua sendo medida segundo o PIB ao invés de outros indicadores muito mais fidedignos de bem estar humano que já estão demonstrando sua credibilidade. Deve-se superar esta “cultura” de crescimento contínuo assim como o fetiche tecnológico a serviço da acumulação e do consumo sem freio. As externalidades ecológicas e sociais, que continuam sendo ignoradas por este modelo, já alcançaram níveis perigosamente insustentáveis, sem retorno em relação ao impacto ambiental, e de explosão social violenta e incontrolada nas sociedades. Por outro lado, a emergência das novas tecnologias e o deslocamento das forças produtivas tem transformado as relações entre capital e trabalho, desgastando as condições econômicas e sociais da maioria.

Entre as falsas alternativas se postula a crença que a geoengenharia, a nanotecnologia e outros avatares tecnológicos poderiam não somente reduzir os impactos ambientais, mas também resolver os problemas por meios técnicos. Há muito tempo os alquimistas e mais recentemente alguns cientistas acreditam que a solução está em dominar, em manipular a natureza e a espécie humana. Estes cientistas e engenheiros, vinculados estreitamente às transnacionais dos meios alimentícios, farmacêuticos, transporte, e energia estão desenvolvendo pesquisas e promovendo projetos que constituem um perigo. Já foi comprovado que esses processos e produtos provocam efeitos e danos irreparáveis na vida e nos ecossistemas.

Obviamente não se trata de rejeitar a inovação tecnológica. Os novos produtos e tecnologias são necessários. O ponto é que deixados nas mãos de círculos pseudocientíficos e utilizados por transnacionais sem controle, estes produtos e tecnologias não fazem dana além de agravar os problemas. É então indispensável uma nova governança da inovação científica e uma regulação transparente dos meios financeiros e dos projetos de pesquisa tanto privados como públicos.

Por outra parte surgiram teorias que postulam o decres-

cimento e a prosperidade sem crescimento. Mas um decrescimento generalizado não é viável e requer uma adaptação a cada caso. Planejar o decrescimento é inaceitável por muitos setores em países e regiões pobres, com extremas carências. Limitar o consumo a quem não o tem, depois que outros o tiveram e muito, não é justo nem viável. Mas, não se trata de promover uma “revanche” dos povos do Sul contra os ricos do Norte para chegar a alcançar os níveis de riqueza dos países denominados desenvolvidos. Esta tendência, ainda que presente nos imaginários de setores médios e pobres dos países do sul, veiculadas pela publicidade que promove como modelo de bem estar o modo de vida de classes acomodadas, não somente agrava ainda mais os problemas ecológicos e sociais, mas também está sendo cada vez mais questionada. Já não se pode ocultar que os setores mais pobres e que vivem em condições precárias nos países do norte são cada vez mais numerosos, o que revela ainda mais as desigualdades e os limites que o modelo dominante contém.

No lugar do decrescimento é preciso regular onde e como se cresce, avançar em um “decrescimento diferenciado ou seletivo”, em que algumas regiões ou países podem crescer ainda por um tempo, evitando ao máximo possível os efeitos prejudiciais do modelo produtivo e de consumo atual, enquanto se resolve as urgências de suas populações. O decrescimento diferenciado necessita novos padrões também diferenciados. O PIB já não serve, nem sequer um “PIB ampliado”. Ao invés dele, podemos propor as chamadas “3P” (produção, pessoas, planeta) como âmbitos geradores de indicadores complexos que valorizam um crescimento orgânico à escala humana no qual a produção, o consumo, a distribuição respeitem as necessidades das pessoas e do planeta, graças à uma economia justa e sustentável. Somente orientando-se nessa perspectiva pode-se propor um decrescimento rápido do carbono, com ressarcimentos variáveis segundo o custo social e humano em função das diferenças regionais e de nível de riqueza dos países.

Podemos falar então de um “crescimento orgânico”, adaptado às necessidades das sociedades, as quais, por sua vez devem adaptar-se às possibilidades do meio ambiente que habitam. Neste sentido, medir a “pegada ecológica” constitui uma das ferramentas para calcular e gerenciar o crescimento ou decrescimento qualitativo tal como proposto. Mas quem regula este crescimento diferenciado? Sem uma nova governança mundial, é uma tarefa difícil, para não dizer impossível. É por isso que uma nova arquitetura de poder a nível mundial – baseada no reconhecimento da interdependência dos povos entre si e com o planeta – é indispensável para frear o cassino especulativo e o modelo de crescimento que nos leva ao abismo.

5.

A produção e o consumo não devem estar guiados pelo mercado, mas sim pela satisfação das necessidades. A urgência prioritária é reduzir as desigualdades e erradicar a pobreza

No momento de repensar a produção e o consumo não se pode estar indiferente ao fato de que 1.200 milhões de seres humanos vivem com menos de um dólar por dia e outros 1.800 com menos de dois dólares ao dia. Nesse contexto afirmar que o recente aumento dos países chamados emergentes é um meio de redistribuição geográfica dos recursos mundiais é um argumento incoerente, já que na realidade esse aumento tampouco resolve o problema da crescente desigualdade onde os ricos são cada vez mais ricos e os pobres são cada vez mais pobres, em todos os países, sobretudo os emergentes. A miséria, não somente em várias regiões rurais mas também nas grandes cidades da China, Índia, África do Sul e Brasil, por exemplo, é uma realidade que não se pode ocultar atrás das vitrines e bairros de uma classe média e rica em cidades fragmentadas urbanística e socialmente.

A economia atual se baseia na crença de que é necessário acumular primeiro para distribuir depois. Trata-se de uma ilusão que não resiste à pura realidade da desigualdade crescente. Já foi comprovado que as chamadas “teorias de gotejamento” não são mais que ideologias profundamente injustas. Os resultados têm sido níveis muito elevados de pobreza para muitos e de acumulação individual para poucos. Deve-se terminar também com a crença segundo a qual o crescimento gera automaticamente bem estar e felicidade, ignorando o alto custo ecológico e social que as sociedades estão pagando por eles. Os passivos ambientais devem incorporar-se às contabilidades públicas e privadas. O crescimento a qualquer preço ainda que seja revestido de nuances ecológicas, já não é um modelo viável.

O processo de produção deve regular-se de acordo com critérios de sustentabilidade ecológica e social. Esta visão global e complexa, ao focar nas relações entre as diversas dimensões econômicas e produtivas, permitirá evitar aqueles processos produtivos e tecnológicos – tais como a substituição de combustíveis fósseis por biomassa – que pretendendo responder à necessária substituição de combustíveis contaminantes por produtos menos danosos provocam desequilíbrios profundos nos sistemas agrícolas e alimentares.

Em relação ao consumo, deve rejeitar a ideologia que faz deste, junto com a do crescimento da produção, o modelo de desenvolvimento único e predominante, e o meio indispensável de inclusão e coesão social. O estilo de vida que faz do consumismo o meio de realização individual deve ser questionado radicalmente. A publicidade que o promove não somente constitui uma atividade lucrativa irresponsável, mas também atenta contra a dignidade das pessoas. O que se torna indispensável é construir um novo modo de vida baseado na noção do “bem viver”. Não se trata de voltar a um passado bucólico inexistente. Isso implica uma mudança individual profunda sobre o sentido da vida, do que a alguém e a seus entes queridos os fazem felizes. Ao mesmo tempo, carregam mudanças econômicas e sociais consideráveis nos sistemas de emprego, no tempo gasto com trabalho, nos impactos nos sistemas de aposentadoria e de saúde.

Nesse contexto devem ser denunciados também os métodos de inutilidade programada que reduzem cada vez mais a vida útil das mercadorias, e há que se exigir uma informação obrigatória sobre a duração dos produtos.

Finalmente, sem parar de enumerar, é necessário diminuir o crescimento do consumo supérfluo ou de luxo, promovendo em troca um consumo ponderado de bens de qualidade, elegantes, próprios de um modo de vida agradável mas que respeite as pessoas e o planeta.

A substituição da economia atual por uma nova somente será possível mediante um processo progressivo de multiplicação e articulação de iniciativas a escala humana e territorial.

Algumas propostas que reforçam esta tendência, baseadas em experiências já existentes, são, por exemplo:

A valorização e articulação das iniciativas que apontam para outra economia, nas experiências de economia alternativa, social e solidária que já se desenvolveram em todos os continentes e nas que o fator econômico se subordina às dimensões ambientais e sociais. A este respeito existem varias experiências não somente a nível local, mas também internacional que ilustram a nova economia que se requer. Os fundos éticos, os avanços em algumas leis de proteção social, os programas de salários básicos ou outras formas de remuneração em troca de trabalhos organizados comunitariamente, e as redes de comércio justo, etc, não somente respondem a necessidades das respectivas populações, mas também constituem sistemas econômicos inovadores que envolvem milhares de pessoas e indicam que outra economia é possível porque já está a caminho.

A implementação de formas de produção a escala local com tecnologias sustentáveis e orgânicas que não estejam limitadas por um regime de propriedade intelectual que subtraia das populações locais os conhecimentos ancestrais e sua própria capacidade de inovação.

É preciso portanto ir além da dimensão territorial e local. É evidente que outros atores, não somente os Estados, têm um papel importante na economia mundial. Redes internacionais da sociedade civil e dos movimentos sociais, assim como também as empresas que respeitem o meio ambiente e os direitos dos trabalhadores, são imprescindíveis. Os foros multistakeholders, que reagrupam o conjunto de atores de um setor de atividade ou de um âmbito, representam uma inovação prometedora. A vantagem de pensar nesta estrutura é que permite superar o marco puramente territorial. Ela fortalece a base territorial dos atores, trabalhadores, empresários, responsáveis de coletividades locais, mas posiciona-se dentro do marco global do setor de atividades, e atravessa os territórios uma vez que coloca os holofotes sobre os atores, onde eles estão, desde a localidade até a rede mundial. Mas neste contexto os foros

multistakeholders não devem ser uma instância de legitimação do poder das transnacionais. Temos que inventar e construir estruturas que articulem as instituições e organizações, do local até o mundial, onde o poder das transnacionais possa ser efetivamente controlado.

6.

A relação dos seres humanos com a natureza deve ser repensada a partir de uma perspectiva de cooperação

Talvez um dos paradigmas mais perversos com o qual se construiu a modernidade é a concepção de Bacon segundo a qual temos que torturar a natureza para obter seus segredos. Esse princípio é uma aberração que causou um dano incomensurável à vida e ao planeta. Temos que criar um novo paradigma de coexistência e cooperação da humanidade com a biosfera e elevá-lo a categoria de norma fundamental no direito internacional, desenvolvendo a partir daí objetivos e agendas relacionadas para alcançar um estado de “coexistência equilibrada”. Este “equilíbrio” deve ser compreendido como uma situação de adaptação mútua, permanente, entre a atividade humana e a biosfera, em que ambas continuarão sendo por sua vez processos dinâmicos em si mesmos. Não se trata então da busca ilusória de uma impossível situação estática de retorno a um estado ideal pré-moderno da natureza.

Neste contexto, pretender modernizar a estrutura de acumulação capitalista e dar uma nova nomenclatura de cor verde é um postulado pelo menos contraditório. O modelo oficial que defende uma “economia verde” não é mais que uma nova forma ideológica de dominação na qual a natureza e o destino das populações mais pobres se sacrificam em nome de um novo tipo de desenvolvimento que doravante estaria justificado pela ação certificadora de uma autoridade “ecológica”. A marca verde não deve ser um novo pretexto de dominação econômica em um contexto de competência em que as grandes empresas buscam impor sua própria idéia de sustentabilidade. Parafraseando o ditado popular: “a economia capitalista ainda que se vista de verde, capitalista continua”. Portanto, devemos evitar cair na armadilha de um discurso que pretende que uma economia verde, onde a ênfase está nas tecnologias renováveis, irá criar empregos verdes, transporte verde, moradias verdes. É evidente que não se trata de uma questão de cor. A nova economia que devemos promover deve ser justa e sustentável.

No caso específico da certificação de produtos, é necessário promover mecanismos que sejam resultado de um processo acordado entre atores que levem em consideração questões sociais e ambientais. A certificação dos produtos é em muitos casos favorável à grandes empresas transnacionais e incompatível com a realidade das necessidades dos camponeses, dos trabalhadores e dos consumidores.

7.

A economia do cuidado deve ser valorizada porque responde às necessidades humanas vitais e fundamentais

É preciso mudar a concepção que se tem sobre o trabalho produtivo e reprodutivo, mediante a medição e a regulamentação deste último. Para isso temos que desprivatizar a economia familiar e remunerar o trabalho doméstico.

Existem experiências exitosas de políticas relacionadas com a economia do cuidado, nas quais o Estado, as organizações sociais e territoriais assumiram grande parte da infra-estrutura do cuidado infantil, concederam ajuda aos pais e mães e encorajaram empresas públicas e privadas a fornecer facilidades às trabalhadoras que desejam conciliar emprego e cuidado. No entanto, nem por isso alcançaram o objetivo de remodelar os papéis tradicionais. A economia do cuidado não somente se refere aos pais e crianças. Ela assume ainda tarefas essenciais de cuidado dos idosos, dos incapacitados, dos que padecem de diversas e variadas doenças. Incorporar a economia do cuidado de maneira integral ao desenvolvimento das políticas econômicas implicaria em desenvolver uma lista abrangente de propostas, entre elas:

A incorporação e a valorização do trabalho de cuidado doméstico remunerado nas contabilidades nacionais.

O fornecimento público de serviços de cuidado: o aumento e o direcionamento dos gastos na prestação de serviços sociais de cuidado e sua integração em um sistema de proteção social inclusivo.

Uma regulação pública muito ativa dos serviços de cuidado mediante mecanismos de estímulo e controle de seu funcionamento para evitar práticas oligopólicas.

Regulações no mercado de trabalho: ampliar as licenças paternidade para os homens, revisar e aprofundar a obrigação de estabelecer creches nos lugares de trabalho, promover políticas de conciliação de trabalho e família.

Conscientizar sobre a divisão equitativa das responsabilidades de cuidado, visando uma transformação cultural.

Outorgar àqueles que se dedicam às tarefas de cuidado os mesmos direitos sociais que o restante das pessoas.

Redesenhar as instituições sociais para garantir a segurança sócio-econômica das pessoas, mediante a provisão pública de serviços de emprego para as mulheres no âmbito do cuidado ou de subsídios para quem já realiza esses trabalhos.

8.

Promover e desenvolver a segurança e a soberania alimentares

A segurança alimentar consiste em assegurar que uma alimentação adequada esteja disponível de forma permanente para uma comunidade determinada. A soberania alimentar é a capacidade de tomada de decisões dessas comunidades (entre elas o próprio Estado) a partir do modelo alimentar que se deseja estabelecer. Obviamente não se trata de pretender uma autarquia nem impedir os indispensáveis intercâmbios comerciais, de informação e tecnológicos que se requer entre territórios diferentes. Trata-se de favorecer os laços de cooperação e de complementaridade e não fazer dessas diferenças um meio de exploração e dominação.

Um dos problemas prementes é que as corporações transnacionais agroindustriais e outras similares interferem nas políticas públicas e no desenvolvimento de territórios com a intenção de continuar estendendo seus interesses comerciais e ignorando os custos sociais e ecológicos de suas estratégias expansionistas. Precisamos, portanto desenvolver novas formas de controle e regulação da ação dessas empresas sobre os territórios.

Para isso, em primeiro lugar, é preciso regular os preços dos alimentos no mercado internacional. Deve-se priorizar a capacidade das comunidades de identificar suas necessidades e gerenciar os recursos de seus próprios territórios para satisfazer estas necessidades antecipando-se às dinâmicas globais dominantes que são movidas pela ambição incessante ao lucro. Deve ser dessa forma tanto para a alimentação como também para outros setores do comércio internacional que se encontra concentrado em poucas mãos.

Para que a soberania alimentar seja viável é necessário:

Declarar a alimentação como um direito humano fundamental, garantido pelas Constituições de todos os países e pelo Direito Internacional.

Implementar reformas agrárias favoráveis à população rural sem terra, especialmente às mulheres e aos povos indígenas.

Assegurar a proteção de minorias étnicas, povos indíge-

nas e populações rurais.

Acabar com os deslocamentos forçados, e com o monopólio de terra e águas.

Proteger os bens naturais, especialmente a terra, a água, as sementes e as colheitas.

Garantir a prática de uma gestão sustentável dos bens e da conservação da biodiversidade. Por isso é indispensável desprivatizar e desmercantilizar as sementes e as águas, bens comuns essenciais, se quisermos alcançar a segurança e a soberania alimentares.

Reorganizar o comércio agroindustrial: deve-se priorizar a auto-suficiência e a produção para o consumo doméstico diante da distorção dos preços dos mercados internacionais.

Incentivar a participação por parte dos agricultores e organizações sociais de moradores urbanos na formulação das políticas agrícolas e alimentares em todos os níveis de decisão, desde as localidades até as relações internacionais.

Valorizar e desenvolver a agricultura biológica, rejeitando os transgênicos e agrotóxicos e preservando e fortalecendo a biodiversidade.

Criar uma instância de regulação dos estoques de alimentos.

Reforçar a localização e territorialização, produzindo e consumindo em circuitos integrados, aproximando a produção ao consumo. Trata-se também de usar menos energia e menos recursos materiais, produzindo e consumindo nos mesmos lugares e em pequenos circuitos.

Esta realocação deve ser entendida como um processo que diminui os impactos ambientais sobre o planeta e cria novas formas de participação social e cidadã. Não deve ser confundida com uma realocação isolacionista que se opõe ao funcionamento dos fluxos comerciais e que dificultará a segurança alimentar entre os países.

Promover a reorganização das grandes empresas para colocá-las a serviço de uma população e não de acionistas e seus donos. As empresas transnacionais podem desempenhar um papel importante dada sua capacidade de gestão globalizada. Porém é necessária uma regulação articulada com as instancias internacionais, os Estados e as associações territoriais para impedir práticas

oligopólicas ou danosas aos ecossistemas.
Estabelecer códigos de conduta obrigatórios para as transnacionais e definir contratos sustentáveis entre os Estados e essas empresas com mecanismos transparentes e participativos de avaliação e controle.
No caso da certificação de produtos, reunir os interesses dos agricultores, do governo e das empresas para que os certificados deixem de ser uma forma de dominação das grandes empresas sobre as médias e pequenas e sobre as organizações rurais.

9.

Formular e promover uma economia dos bens comuns

A economia neoclássica privatizou uma parte importante dos bens comuns: a água, as sementes, as comunicações, a educação, o conhecimento, a cultura e a saúde. Trata-se de bens que devem servir para assegurar serviços essenciais considerados públicos ou de interesse público. Deve-se rejeitar então a privatização destes e outros bens comuns. Mas faz-se necessário formular legalmente a âmbito local e mundial o alcance e os limites do interesse público e integrá-lo no Direito Internacional e nas Constituições. Isto permitirá o desenvolvimento de uma economia dos bens comuns com suas próprias regras, diferentes das regras do mercado de bens privados.

Por exemplo, o conhecimento deve ser gerenciado como bem público não privatizável, colocando as patentes a serviço coletivo e controlando os riscos de seu uso. O processo de desenvolvimento do conhecimento não pode ser monopolizado por empresas ou setores privados já que é uma construção coletiva. A inovação deve ser considerada e tratada como um bem público e não como a criação e propriedade de uma empresa ou um cientista em particular, já que não terá sido a empresa nem o cientista por si só os autores da inovação, mas sim a experiência coletiva e o conhecimento acumulado por comunidades e povos.

10.

Tornar possível a transição para uma biocivilização pela sustentabilidade da vida e do planeta

A crise provocada pelo caráter acelerado e provavelmente irreversível do impacto das atividades humanas sobre a natureza requer respostas coletivas por parte dos governos e da cidadania. A natureza não conhece barreiras políticas ou sociais e a dimensão global dessa crise anula o efeito de qualquer ação iniciada unilateralmente por governos ou instituições setoriais, por mais poderosos que uns ou outros possam ser. A mudança climática, a contaminação oceânica e atmosférica, os riscos nucleares e de manipulação genética, a redução e extinção dos recursos e da biodiversidade, se encontram entre as diversas manifestações desse impacto acelerado e provavelmente irreversível.

As medidas para fazer frente a estes graves problemas existem. Talvez uma das características mais absurdas da situação é que os cientistas, os responsáveis políticos, os dirigentes empresariais, e numerosas organizações da sociedade civil, não somente estão conscientes da gravidade da situação, como também conhecem e compreendem as políticas econômicas, tecnológicas e financeiras necessárias para tornar possível a passagem para um mundo sustentável. Outra característica, igual ou mais absurda, é a representada pelo gasto familiar e o financiamento de uma militarização em armas, tecnologia e aparatos bélicos que não somente resolvem cruelmente os conflitos, mas também fazem recair sobre a população os danos econômicos, sociais e psicológicos mais profundos da guerra e dos conflitos armados. Ainda que possa parecer uma afirmação estéril, não se pode deixar de afirmar que com os recursos destinados aos gastos militares se poderia evitar a morte cotidiana de milhões de seres humanos e resolver os problemas urgentes de saúde, acesso à água, alimentação indispensável, e educação básica de milhares de milhões de habitantes que sobrevivem em condições extremamente precárias.

Um novo contrato social pela sustentabilidade da vida e do planeta que reúna governos, responsáveis pelas gran-

des empresas, organizações de cidadãos e comunidades territoriais constitui uma necessidade urgente. Sem embargo, a lógica da competição pode criar obstáculos insuperáveis e impossibilitar este contrato. Diante desse cenário incerto, as organizações da sociedade civil, as redes e movimentos sociais têm a responsabilidade de levantar e levar adiante propostas para enfrentar esses desafios. É possível que estes esforços sejam respaldados pelos governos e responsáveis de grandes empresas e instituições multilaterais que consigam superar as visões de curto prazo e mutuamente excludentes.

Em todo caso, pode-se enumerar algumas pistas orientadas de propostas para a sustentabilidade da vida e do planeta:

O pilar de qualquer estratégia de descarbonização visando favorecer a sustentabilidade deve estar, em primeiro lugar, na extensão massiva das energias renováveis e da infra-estrutura que requerem. Além disso, para que a transição energética das energias fósseis à renováveis seja eficaz não se deve desacelerar todo o esforço para produção de novas energias. A mudança das matrizes energéticas é um processo lento com inércias tecnológicas, culturais e institucionais. A sustentabilidade somente pode ter êxito se, ao mesmo tempo, este esforço tecnológico é acompanhado por uma mudança progressiva mas profunda do estilo de vida perdulário, sobretudo nos países industrializados e recentemente industrializados, tornando possível ao mesmo tempo a economia de energia e a eficiência energética.

É indispensável que aqueles países que estão planejando utilizar ou aumentar o uso da energia nuclear renunciem o quanto antes a seus projetos. O risco das instalações nucleares já foi completamente comprovado e não se pode pretender ignorar os problemas ainda não resolvidos em matéria de armazenamento final e o perigo de proliferação incontrolada. As instalações existentes de-

vem ser substituídas por tecnologias renováveis ou simplesmente ser fechadas o quanto antes. Obviamente a eliminação gradual, porém acelerada da energia nuclear não deve ser compensada pelo aumento da energia de fontes fósseis, em particular as baseadas no carbono.

É necessário implementar políticas públicas de estímulo aos investimentos industriais, tecnológicos e pesquisa de fontes de energia renovável. Paralelamente, os subsídios a empresas produtoras de energia fóssil devem ser excluídos e os impostos aumentados. Os estados podem utilizar seu poder de compra orientando os preços de maneira a favorecer as empresas produtoras de energia renovável em detrimento das produtoras de energia baseada em fontes fósseis. Apoiando estas mudanças tecnológicas e industriais, tanto os Estados como as empresas e as organizações da economia social e solidária devem implementar mecanismos de ecologia industrial ou circular favorecendo as sinergias entre os processos produtivos. Da mesma forma, é necessário promover novas empresas que ofereçam serviços funcionais às necessidades de habitação, transporte, comunicações e outros, mas que não impliquem em pesadas instalações, mas sim que favoreçam uma economia de funcionalidade onde a ênfase está no serviço contínuo e não nos equipamentos e infra-estruturas onerosas.

Esta articulação industrial, tecnológica, institucional requer desenvolver-se em um espaço ampliado através de uma reconfiguração transnacional dos territórios que corresponda com as novas matrizes energéticas renováveis. Nessa reconfiguração o essencial é a articulação entre várias fontes que requerem um sistema integrado de abastecimento de energia eólica, fotovoltaica, solar, térmica, marítimas, biomassa, etc, e onde “o território energético”, por chamá-lo de alguma maneira, se estende amplamente para além das fronteiras.

A proteção do clima é uma condição vital fundamental para fazer possível a sustentabilidade. É por isso que os objetivos de descarbonização mundial devem ser estabelecidos agora e serem atingidos antes do final desta segunda década. Um mundo sustentável não somente será possível com novas matrizes energéticas e com a proteção do clima. É preciso, além disso, cuidar especialmente da vida e dos sistemas que também incluem outros bens naturais como terra fértil e a diversidade biológica.

No entanto, não se deve ignorar o fato de que a redução drástica e acelerada das emissões de carbono somente pode ter êxito se for um objetivo comum, aplicado simultaneamente em muitas regiões do mundo. É aí onde reside o elo fraco da cadeia. Tanto os governos, enquadrados em um sistema estatal delimitado por fronteiras

e interesses que não convergem com as dimensões dos ecossistemas, como as empresas transnacionais, trancadas em suas estratégias específicas, não são os atores capazes de responder aos desafios da transição energética, da proteção do clima e da sustentabilidade do planeta. Em todo caso, é necessário insistir em implementar agora as políticas energéticas com o objetivo de:

Chegar a sistemas energéticos totalmente descarbonizados no mais tardar em 2050. A demanda mundial de energia final não deve subir e em todo caso não deve aumentar no horizonte de 2050 para além dos níveis vitais da vida e do planeta. Este desafio é um imperativo central. Sem cair no catastrofismo já existe suficiente evidência científica e empírica que demonstra que a humanidade ultrapassou os limites da viabilidade física dos ecossistemas.

Durante este período, dar prioridade ao acesso a energia renovável a mais de 3 bilhões de pessoas que atualmente vivem em condições de pobreza energética.

Canalizar a urbanização acelerada para políticas urbanas sustentáveis.

Fazer uso da terra e dos recursos de pesca em condições compatíveis com a proteção do clima, em particular, a silvicultura e agricultura.

Sobre uso da terra, a acumulação deve ser freada e controlada, a atenção deve se voltar para colocar um fim rapidamente ao desmatamento e à degradação dos bosques, e fomentar uma agricultura de baixo carbono. Apoiar a pesquisa em tecnologias sustentáveis e promover a transferência internacional de tecnologias baixas em carbono.

Fomentar a educação que respeita a vida e o planeta sobre tudo nas crianças e nos jovens já que são os portadores do futuro e serão os habitantes de um mundo sustentável.

RUMO AO FORO SOCIAL TEMÁTICO EM PORTO ALEGRE E RIO+20

Tendo em vista o Foro Social Temático em Porto Alegre em Janeiro e a Rio+20 em Junho de 2012, é necessário antecipar de forma coerente soluções que sejam alternativas profundas e viáveis diante das posturas oficiais de passividade, de retórica evasiva ou de aposta por mais tecnologias chamadas verdes. Elaborar propostas concretas, como, quando, em que prazos, de que forma, para quem, é indispensável. As propostas apontadas neste documento buscam contribuir para este esforço e avançar propostas específicas para enfrentar e superar os desafios do presente e do futuro.

É possível que alguns governos, mais abertos às demandas sociais, possam contribuir a implementar algumas das propostas aqui mencionadas em prol de uma nova economia. Sem embargo, o mais provável é que o sistema de negociação intergovernamental não leve em conta essas propostas nem seja capaz de lavá-las a cabo caso alguma prospere. Já fazem mais de 20 anos que centenas de declarações, acordos, protocolos, convenções e outros meios declarativos ou jurídicos foram publicados e assinados sem enfrentar os desafios nem responder eficazmente às crises sucessivas que vieram caracterizando a transição, na qual a economia mundial e as sociedades entraram nas primeiras décadas do século 21.

A chave é então vincular as respostas aos graves problemas urgentes da conjuntura a curto prazo, com as propostas a médio prazo, mantendo vigentes os princípios que orientam as transformações rumo à uma economia justa, sustentável e solidária a longo prazo.

www.world-governance.org



Este caderno é publicado com o apoio da Fondation Charles Léopold Mayer

fph | Fondation Charles Léopold Mayer
pour le Progrès de l'Homme